

OPINIÃO

Qual a sua avaliação sobre a extinção gradual e total das Fundações de Apoio?

Fotos: FRITZ NUNES



Josevaldo Cunha, 52 anos, professor do departamento de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Campina Grande (PB).

“É de plena concordância com essa proposta, com essa tese. A única divergência, se é que assim poderíamos dizer, é que eu acho que nós teríamos que assumir de cara a extinção total (das fundações), mas acho que a formulação gradual e total

contempla que, no limite, e ao longo do processo, venhamos a ter efetivamente a extinção dessas fundações, ditas de apoio, que mais sugam do que apóiam a instituição pública. Portanto, minha plena concordância com o conteúdo da proposta e com a sua atualidade. Nós precisamos inclusive nos preparar, nos reorganizar para efetivamente entrarmos num novo cenário de luta que, ao final deste, num tempo não muito longe, venhamos a ter realmente a extinção gradual e total das fundações ditas de apoio”.

Marina Barbosa Pinto, 43 anos, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense

“Eu considero que essa formulação não é a mais adequada. Considero que a formulação mais adequada é a extinção imediata das fundações. Evidentemente que essa resolução vai depender de um processo em que ocorra, inclusive, esse debate. E nós



fizemos muito intensamente na ADUFF. Nós fizemos debates, seminários, e a gente acumulou muito sobre isso. Há um processo que vai depender de ações que vão se combinar, mas a nossa formulação tem que ser para uma posição de imediata extinção, desvinculação imediata, e por que isso? O processo das fundações inverte a lógica das universidades, mas, mais do que isso, hoje as fundações têm sido palco de um processo de corrupção profundo nas universidades. O Ministério Público já está analisando os processos que o ANDES apresentou. Nas localidades a gente tem enfrentado isso. Então, na minha opinião, que reflete também a opinião de companheiros que debateram conosco na Assembléia, é que a formulação mais adequada para o Sindicato é a extinção imediata. Isso exige um grau de mobilização muito superior do que o que a gente conseguiu construir até aqui, mas acredito que se a gente for aprofundando o debate, e denunciando, explicando para as pessoas o real significado, a gente vai conseguir isso”.



Maria Aparecida Ramos de Menezes, 41 anos, professora do departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa)

“Acho que é uma medida muito sensata, porque essas fundações passaram a ter uma vida autônoma, que fere a própria autonomia da universidade. Então, são órgãos, hoje, que são estranhos ao corpo universitário, porque a comunidade acadêmica

não tem controle nenhum sobre a própria instituição, sobre a própria fundação”.

ANDES critica proposta do governo para docentes de 1º e 2º graus

Fotos: FRITZ NUNES



Almir Menezes Filho, um dos diretores que participa de reuniões com o MPOG

Quase um ano após o início da Campanha Salarial - 2007 dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, deflagrada pelo ANDES-SN em fevereiro de 2007, o governo federal encaminhou às entidades representativas da categoria uma primeira proposta para os docentes de 1º e 2º grau. Conforme avaliação da coordenação do Setor das IFES do ANDES-SN, a proposta não contempla as reivindicações da categoria, que incluem, entre outros pontos, a isonomia salarial entre professores do ensino fundamental, médio e superior.

Documento divulgado pela coordenação do Setor das IFES afirma que “para o governo, a idéia de uma nova carreira faz parte de sua política de criação dos IFETs, instituições que deverão ser responsáveis por formação de técnicos, tecnólogos e professores de matemática, física, química e biologia”. Ainda de acordo com o documento, “o governo trabalha a concepção de que essas formações não precisam ocorrer em universidades e estabelece, no Decreto nº 6.095/07, que os IFETs deverão ‘estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico’”.

CARREIRA- Em termos gerais, o governo propõe uma carreira específica para os docentes dos IFETs, que não se baseiam no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e cuja atividade de pesquisa, se houver, será concentrada na aplicação de conhecimentos. A estrutura remuneratória é semelhante à proposta para os docentes do ensino superior, que já foi rejeitada pela base da categoria. Ela prevê três componentes distintos e não relacionados: vencimento básico, incentivo de titulação e gratificação - que poderá voltar a ser por produtividade. “Apesar de o documento afirmar a pretensão de aproximação da tabela remuneratória com a da carreira do magistério do ensino superior, o que já estava previsto no termo de compromisso

que estabeleceu a negociação, podemos estar diante de um processo que conduzirá à consolidação de carreiras distintas. Isso, portanto, poderá trazer mais dificuldades para a conquista da carreira única”, avalia a coordenação do Setor.

No documento enviado ao ANDES-SN, o governo federal propõe criar a Carreira do Magistério da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, na qual os docentes deverão ingressar por meio de “Termo de Adesão Individual”. Na avaliação do ANDES-SN, isso poderá significar a renúncia de direitos previstos na carreira anterior, excepcionalmente dos relacionados à aposentadoria. A compreensão da coordenação do setor é a de que o ANDES-SN deve, na próxima audiência, prevista para 8 de fevereiro, reafirmar a pauta de reivindicações, conforme deliberação do 27º Congresso. O Sindicato Nacional deverá também defender a reestruturação de carreira e não a criação de nova carreira, manifestando, ainda, a disposição de dar curso às negociações também em relação ao magistério do ensino superior, na perspectiva de se conquistar a isonomia.

CPMF e a “desaceleração” da negociação

Em 2007, os negociadores do governo empurraram ao longo de todo o ano a negociação salarial e, após a derrubada da CPMF, em janeiro deste ano, anunciaram a desaceleração das negociações. Almir Serra Menezes Filho, 3º vice presidente do Sindicato Nacional Docente destaca que embora as negociações com o governo tenham se estendido de agosto a dezembro de 2007, elas foram encerradas de forma autoritária e unilateral, após o governo apresentar uma proposta de reajuste que prevê índices de recomposição salarial abaixo da inflação para parte significativa dos docentes de 3º grau e excluiu os docentes de 1º e 2º graus do reajuste.

“Um sindicato ético e comprometido com sua categoria jamais poderia admitir que cerca de 5,2 mil docentes não recebessem reajuste algum. Por isso e por outras distorções graves contidas na proposta, não assinamos o acordo proposto pelo governo e vamos continuar pleiteando a reabertura das negociações salariais com a categoria”,

declara categórico, Menezes Filho.

Em relação ao corte de R\$ 20 milhões na proposta de orçamento para 2008 que, conforme anunciou o ministro Fernando Haddad, irá afetar a verba destinada ao Ministério da Educação – MEC, o sindicalista é taxativo. Para ele, a atitude

só comprova o descaso do governo Lula com a educação superior e demonstra

que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, instituído pelo Decreto nº 6096/07, não terá condições de garantir a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades federais. “Se com os recursos

previstos inicialmente o ANDES-SN já considerava o REUNI uma farsa, imagine

agora. O programa promete dobrar o número de alunos nas salas de aula e reduzir a reprovação para 10%, sem investir de maneira efetiva em infra-estrutura e recursos humanos. Só mesmo com um passe de mágica isso seria possível”, sentencia Almir Menezes Filho.

“Não assinamos acordo com o governo por uma questão ética”

(Almir Menezes Filho, dirigente do ANDES-SN)